

**“DEUS NO CÉU, LIGA NA TERRA”: A CRÍTICA ANTICAPITALISTA NO JORNAL DAS
LIGAS CAMPONESAS**

**“DIOS EN EL CIELO, LA LIGA EN LA TIERRA”: LA CRÍTICA ANTICAPITALISTA EN
EL PERIÓDICO DE LAS LIGAS CAMPESINAS**

**“GOD IN HEAVEN, THE LEAGUE ON EARTH”: THE ANTICAPITALIST CRITIQUE
IN THE NEWSPAPER OF THE PEASANT LEAGUES**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i3.70108>

Daniel do Nascimento Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a crítica anticapitalista construída pelo jornal *Liga*. O periódico em questão é fruto da ação política das Ligas Camponesas, organização que lutava por melhorias na condição de vida dos trabalhadores rurais e a reforma agrária. Fundado em 1962, o jornal apresentava-se enquanto um articulador da união entre os camponeses, trabalhadores urbanos, estudantes e intelectuais. Partindo do contexto histórico do surgimento das Ligas no Engenho Galileia e de sua evolução de associação assistencialista para movimento de enfrentamento ao latifúndio e ao imperialismo, o estudo evidencia que o jornal funcionava como ferramenta de mobilização política e formação ideológica.

Palavras-chave: Ligas Camponesas. Jornal. Anticapitalismo. Marxismo.

Resumen: El presente artículo examina cómo el periódico *Liga* elaboró su crítica anticapitalista. Fruto de la lucha política de las Ligas Campesinas, el medio defendía la reforma agraria y la mejora de las condiciones de vida de los trabajadores rurales. Fundado en 1962, buscaba articular la unión entre campesinos, obreros urbanos, estudiantes e intelectuales. Desde el origen de las Ligas en el Ingenio Galileia y su paso de asociación asistencialista a movimiento de enfrentamiento contra el latifundio y el imperialismo, el estudio muestra cómo el periódico actuó como herramienta de movilización política y de formación ideológica.

Palabras clave: Ligas Campesinas. Periódico. Anticapitalismo. Marxismo.

Abstract: This article analyzes how the newspaper *Liga* constructed its anti-capitalist critique. As an outcome of the political struggle of the Peasant Leagues, the periodical defended agrarian reform and better living conditions for rural workers. Founded in 1962, it sought to unite peasants, urban workers, students, and intellectuals. From the Leagues' origins in the Galileia plantation and their shift from assistance to confrontation against land concentration and imperialism, the study shows how the newspaper acted as both a tool of political mobilization and ideological formation.

Keywords: Peasant Leagues. Newspaper. Anti-capitalism. Marxism.

Introdução

A *Liga* foi o jornal das Ligas Camponesas, um esforço coletivo que esteve em circulação de 1962 a 1964, até ser interrompido pelo golpe empresarial-militar². Por compor a imprensa alternativa, detinha características demarcadas, tais como o foco na contestação da realidade e no fato de que estava fora da lógica lucrativa muito comum para a imprensa hegemônica, e se entendia, ainda, como a voz de uma organização em busca de uma transformação radical das estruturas de dominação presentes no Brasil. As discussões construídas pelas reivindicações desta organização tiveram impactos para além do contexto nacional, como é possível observar na manchete do *The New York Times* intitulada “*Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt*”, publicada nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 1960, que dissertou sobre a situação revolucionária presente no Nordeste brasileiro diante da miséria motivada pelo esquecimento de uma população estimada, na época, em 20 milhões de camponeses.

Profundamente religiosos, os camponeses depositaram, durante muito tempo, suas esperanças na fé e no conceito de céu, lugar onde não haveria fome nem sofrimento. “[...] a Liga sempre evitou uma luta aberta contra a Igreja. É que a Liga teria sido facilmente sufocada se tentasse o enfrentamento com uma Igreja” (Julião, 2013, p. 195). A presença da religiosidade no campesinato sempre foi um fator a ser considerado. O próprio Cristo foi entendido e defendido pela organização como um pobre, que lutou por melhorias de vida, sendo morto por defender a dignidade dos mais humildes, “não escute a voz daquele que disser: ‘É preciso sofrer na Terra para alcançar a salvação no Céu’. Isso é mentira, porque quem assim fala, tem a barriga cheia e a vida folgada” (Julião, 2013, p. 220). É, portanto, na edição 7 do jornal *Liga*, publicada em 20 de novembro de 1962, que aparece na seção dos provérbios, a seguinte expressão: “Para o camponês, é Deus no céu e Liga na Terra” (p. 3)

Surgida em 1955 no Engenho Galileia, na cidade de Vitória de Santo Antão e com fins assistencialistas, a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP) repensou as relações de poder presentes não apenas na Zona da Mata pernambucana, mas em todo o território nacional. Em seu início, a associação detinha objetivos práticos: caixões para enterrar seus mortos, assistência médica e uma organização de crédito para facilitar o pagamento do foro³ (Bastos, 1984). Apesar da ideia ter sido bem recepcionada, inicialmente, por Oscar Beltrão, o *senhor de engenho*, foi posteriormente condenada à extinção com a ordem de despejo dos seus membros, já que foi associada ao comunismo pelo filho do proprietário durante as conversas rotineiras que tiveram sobre as atividades dos trabalhadores.

O golpe do destino que teria sido responsável por desarticular todo o movimento foi, na verdade, o motim para a resistência e o tensionamento das relações no engenho. Contrários ao despejo, os camponeses escolheram resistir e reivindicar a terra em que moravam. Em suas buscas, depararam-se com um advogado que demonstrou disposição física, emocional e política para aderir à luta, seu nome era Francisco Julião. Trabalhadores assustados com a possibilidade de perder toda sua vida e um

trabalho que tinha caráter geracional, agora podiam criar esperanças, “Eram homens descalços, roupas remendadas, chapéu de palha, e mulheres com crianças no colo, rostos enrugados, mãos calejadas. Todos com um sorriso de esperança em continuar em Galileia, porque agora tinham um defensor em quem poderiam confiar” (Galileia, 2016, p. 31).

A mobilização nascida deste movimento não tarda a perceber os verdadeiros problemas que assolam a vida do campesinato. O latifúndio e a concentração fundiária logo encontram espaços nas pautas mais centrais das Ligas. Isso se percebe quando a melhoria da qualidade de vida passa a ser encarada como objetivo conquistado apenas com o fim da estrutura de poder vigente, já que: “os latifundiários continuam assassinando impunemente os camponeses; a burguesia multiplica seus lucros e seu domínio político; o imperialismo penetra mais fundo na vida brasileira, econômica, cultural e militarmente; as reformas de base são negadas e os direitos do povo são cada vez mais esporinhados” (Liga, ed. 1, 1962, p. 1). No entanto, o caminho para chegar a esta crítica mais contundente é conduzido por inúmeros aspectos que perpassam desde o amadurecimento da luta até o contexto político internacional.

Este artigo tem como objetivo analisar como o jornal *Liga* constrói e expressa uma crítica ao capitalismo, destacando seus principais alvos, argumentos e estratégias discursivas. A partir da leitura de edições específicas, busca-se compreender como essa crítica se articula com o projeto político das Ligas Camponesas e com a conjuntura social e econômica do Brasil pré-1964. Mais do que refletir demandas imediatas, o jornal revela uma visão de mundo em confronto com as estruturas de poder vigentes, mobilizando linguagem combativa e referências ideológicas que apontam para uma transformação radical da ordem estabelecida.

Um conto capitalista: a face do capitalismo à la brasileira

O espelho europeu é responsável pelas distorções teóricas (Quijano, 2005) que construímos quando tentamos transpor, sem questionar, os grandes debates gestados no Norte global. Nessa leva de quimeras, o capitalismo brasileiro foi compreendido como um espaço teleológico, onde os eventos acontecidos na Europa seriam vivenciados, por lei, nos trópicos. Por essa razão, os pensadores brasileiros defenderam, durante muito tempo, a ideia de que o Brasil vivenciara um regime, quando muito, semi-capitalista.

Uma das grandes provas desse ponto estava na presença incômoda dos camponeses que, para uma parte da tradição marxista ocidental, constituíam um grupo com relações de trabalho anteriores ao desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, a existência do campesinato era a chave para entender não apenas o subdesenvolvimento, mas também o forte feudalismo presente no Brasil.

Nessa perspectiva, as movimentações que circundavam o mundo rural foram eclipsadas pela historiografia brasileira. Não é estranho perceber, por exemplo, o pouco espaço que o campo e os trabalhadores rurais detêm nos livros didáticos. A este esquecimento programado, Christine Dabat

chama de *rurrofobia*⁴: um espaço não apenas de negligência, mas de apagamento histórico em detrimento do desenvolvimento que se espera da cidade. Ainda assim, é preciso dizer que os principais acontecimentos da nossa história detêm motivações profundamente agrárias (Ianni, 2004) e, no entanto, a nossa historiografia parece ter esquecido da presença desses grupos políticos. A esta ideia, Martins (1981, p. 26) complementa: “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana — uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político.”

Colocar como centro do debate o mundo rural no Brasil é revisitar as próprias ideias que temos sobre o país. Entender a presença do campesinato neste espaço é essencial para analisar a própria dinâmica do capitalismo. Nesse sentido, precisamos romper com a concepção predominante nas décadas de 1950 e 1960 de que o camponês é um povo que “não tem futuro; só passado” (Martins, 1981, p. 15). Ou seja, o campesinato era a prova mais cabal de que o Brasil não vivia em um sistema plenamente capitalista e que, ao longo do tempo, a existência desse grupo estaria fadada à extinção, uma vez que o capital é fruto da expropriação do trabalho do homem. Penso ser preciso entender esse rompimento enquanto uma nova iniciativa de revisar os estudos historiográficos sobre as décadas de 1960, baseando-se na perspectiva de que o camponês é fruto do capitalismo dependente no Brasil. Sendo assim, cabe destacar que a historiografia não está mais presa aos debates de 50 anos atrás, mas é indispensável revisitar essas contribuições e apresentar diferentes nuances que passaram despercebidas naquele contexto.

Ainda que esta fosse a ideia mais aceita na época, os camponeses e trabalhadores rurais não assalariados estavam em constante movimento. Suas reivindicações tomaram as páginas dos jornais (Porfírio, 2008) e seus objetivos foram amplamente discutidos por toda a sociedade, seja para apoio ou crítica. A realidade, por isso, dava às caras e perturbava os moldes teóricos rígidos dos estudiosos que não consideravam esses grupos políticos como agentes históricos relevantes para entender a estrutura de poder no Brasil.

Os intelectuais que acreditavam que o Brasil era marcado pela “[...] inexistência de relações capitalistas de produção, em que predominam as relações feudais ou semifeudais evidenciadas na preponderância do latifúndio e sua associação direta com as grandes potências imperialistas” (Rocha Junior, 2006, p. 6) confrontam-se com a realidade material e política dos trabalhadores rurais nos anos de 1960, isso porque o campesinato, inserido na dinâmica do capitalismo no campo, reivindicava direitos, melhorias e transformações sociais.

Nesse sentido, o camponês precisa ser entendido enquanto um produto das relações do capitalismo brasileiro (Azevedo, 1980), ainda que não nos preceitos rígidos europeus. O campesinato, por isso, mesmo que visto como pré-capitalista, continuava a ser superexplorado em prol do lucro da agroexportação do açúcar e vítima de uma série de outras opressões de caráter físico, moral e psicológica.

O capital à la brasileira, portanto, expropria de maneira não clássica⁵, como uma quimera em busca de sua sobrevivência e o campesinato sofre, também, as consequências de um sistema que depende de sua exploração para existir. Sendo assim, a entrada do camponês enquanto classe social é responsável por ventilar os aspectos relativos à estrutura de poder e nos ajuda a estabelecer parâmetros mais acertados sobre o capital latino-americano e a concentração fundiária no Brasil.

Por isso, percebemos que as reivindicações do campesinato sempre encontram terreno fértil na crítica anticapitalista, no latifundiário e no imperialismo americano. A situação de miséria vivenciada por esse grupo, os fez descrentes da possibilidade de sobrevivência no capitalismo, o documentário *Brazil - The Troubled Land*, produzido por Helen Jean Rogers e lançado em 1961, alerta para os perigos do comunismo e da organização dos milhões de camponeses, mencionando a ideia de que o Brasil vive um perigo devido a subdesenvolvimento e a fome, já que

[...] As faixas de terra que eles podem usar são muito pedregosas e muito duras para lhes conceder o suficiente para a alimentar a si e sua família. A vida é dura. [...] Eles são crianças desse solo. Se ao menos houvesse alguém para ajudar [...] Dizem que o governo tem um plano: mas quem já viu as melhorias até agora? [...] Um homem não pode viver só de promessas quando seus filhos precisam de comida. Se ao menos eles pudessem ter um pedaço de terra, um pedaço pequeno; mas seu. Ai, sim, haveria um amanhã. [...] Eles não têm resposta, mas proposta: deem-nos um pedaço de terra, um pequeno pedaço. Os clamores ecoam por toda a América Latina [...] 'Deem-nos a terra', eles gritam; e os comunistas asseguram: 'Nós daremos terra a vocês' (tradução do YouTube).

A conjuntura nos ajuda a perceber que o campesinato foi convidado para as trincheiras anticapitalistas não por escolha, mas por necessidade. Sua participação buscava respostas que o sistema latifundiário não traria: uma vida mais digna; o trabalho livre das amarras de exploração burguesa e o desejo de um futuro mais humano e justo para si e os seus.

Nas manchetes dos jornais: a luta anticapitalista nas páginas da Liga

Já nas primeiras páginas do jornal é possível entender o seu objetivo enquanto ferramenta política, visto que na matéria da primeira edição, intitulada “Avança a união operário-camponesa”, o periódico expressa sua filosofia baseada na união dos camponeses aos setores urbanos em busca de uma modificação estrutural no Brasil:

É a hora da Aliança Operário Camponesa, reforçada pelo concurso dos estudantes, dos intelectuais, revolucionários e outros setores radicais da população. É a hora da LIGA. [...] A Liga, como instrumento dedicado a forjar a solidariedade de todos os oprimidos e injustiçados. A realizar, em definitivo, a libertação nacional e social da Pátria e do Povo (*Liga*, ed. 1, p. 1).

Um jornal como esse, portanto, detém um grande potencial de construção e mobilização política, visto que representa um espaço de formação ideológica capaz de contribuir para a interpretação a respeito dos acontecimentos no Brasil. De caráter semanal, o jornal estabelecia as discussões vivenciadas nos últimos dias com uma síntese própria que era comum ao final de cada reportagem, por exemplo, na edição de número 2, que disserta sobre miséria no Piauí e a acentuada

mortalidade infantil que recebeu o título: “Piauí: a miséria mata 78 crianças em 100”, o texto em se concentra em entender o analfabetismo, a fome e a saúde no Estado para apresentar, ao leitor, a realidade material dos brasileiros. No entanto, ao fim do texto, percebemos quase um chamado a questionar, desafiar e criticar este abandono, pois “os governos que se sucedem e a situação não muda. E não mudará enquanto a terra continuar com os latifundiários e o produto do trabalho não fôr dividido igualmente” (*Liga*, ed. 2, p. 2).

Percebemos, portanto, que, diante da situação terrível que o jornal apresenta, existe também uma convocação para alterar o estado das coisas. Nesse sentido, entender a preocupação do jornal é também entendê-lo enquanto uma ferramenta política de aglutinação das demandas das Ligas Camponesas de forma impressa e com um maior alcance.

Entre tantas e tão diversas temáticas, o capitalismo aparece frequentemente como problema central a ser superado pelos trabalhadores que estão em busca de uma melhor condição de vida. Nesse sentido, o capital é apresentado como a raiz dos problemas e o foco em sua superação deve ser o caminho inevitável para o operário urbano e rural. Durante as minhas análises, percebi que o periódico se utiliza de muitos sinônimos para representar o capitalismo, entre eles, latifúndio, imperialismo e pobreza. Para o jornal, portanto, o capital tem muitas faces e se assimila aos problemas sociais vivenciados pelos brasileiros.

Na seção, também presente na segunda edição, chamada *Do ponto de vista camponês*, o autor Pedro Motta Barros descreve o histórico de luta de classes no Brasil. Em suas palavras:

[...] Não se pode separar de modo absoluta a opressão imperialista das relações de produção. O imperialismo é, de lado, um fator exterior de opressão nacional, e por outro, uma parte das relações de produção do país, uma vez que é proprietário de empresas e terras, aliado do capital local e dos latifundiários.

[...] As grandes massas camponesas são uma força fundamental da revolução; a aliança operário-camponesa é a base da frente nacional democrática. Poderemos pensar no desenvolvimento dessa segunda guerra de independência que Cuba iniciou, sem relacioná-la com as ações revolucionárias das massas camponesas pela terra? Podemos crer que as massas camponesas participarão ativamente na luta antiimperialista se a bandeira da terra é arriada ou escondida pudicamente pelo proletariado?

[...] **É preciso levar em consideração que os grandes latifundiários jamais participação da luta contra o imperialismo, além da órbita de algumas contradições limitadas.** A medida da participação da burguesia nacional dependerá da solidez da aliança operário-camponesa.

[...] O que se pode dizer, com tranquilidade revolucionária, é que apenas um setor da burguesia — aquele setor que ainda não conseguiu se associar ao imperialismo — está em condições de acompanhar provisoriamente a marcha do povo para o poder. Que não haja ilusões da parte do povo, porque do lado da burguesia ilusões não existem, apenas sede de lucro.

[...] **Ao povo interessa unificar e organizar as suas forças próprias para a vitória final, ainda que a burguesia não o acompanhe.** (*Liga*, ed. 2, p. 3, grifo nosso)

Nesse sentido, o texto de Pedro Motta se apresenta enquanto um chamado político para entender que as forças sociais presentes no Brasil, mesmo que pareçam conectadas às questões

nacionais, não podem ser observadas, apenas, por essa ótica. Por essa razão, os objetivos da burguesia nunca entrarão em concordância com os anseios dos trabalhadores. O uso de frases como: “As grandes massas camponesas são uma força fundamental da revolução” e “a aliança operário-camponesa é a base da frente nacional democrática” podem ser encaradas como tentativas mobilizadoras do autor e do jornal para unir, conforme os seus objetivos, os trabalhadores urbanos e rurais em prol da dissolução do imperialismo que, conforme a leitura, é uma face do capitalismo. Este excerto é um exemplar da densidade das discussões teóricas organizadas e apresentadas pelo jornal aos seus leitores.

Além disso, podemos também perceber que, no texto de Pedro Motta, os camponeses são apresentados como força política pulsante nas discussões sobre a luta de classes no Brasil. Esta interpretação é valiosa, pois, conforme observamos no tópico anterior, o camponês era entendido como um grupo apolítico, pré-capitalista e fadado à extinção. Sendo assim, apesar de alguns imaginarem o futuro enquanto um espaço de inexistência do camponês, a realidade mostrava-se contrária a estes preceitos.

O campesinato, por isso, apresentava-se de forma ativa, reivindicadora e ciente de sua força e existência no jogo político da época. Desta forma, parto para a defesa dos camponeses enquanto uma classe social no capitalismo brasileiro. Seguindo as contribuições de E. P. Thompson (1987), baseadas no conceito de *experiência*⁶, podemos compreender que o sentido da luta é construído, primeiramente, na realidade. Ou seja, a classe social é forjada diante de um cenário na qual a vida pede transformação, pois: “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses” (Thompson, 1987, p. 9-10).

A união de leitura de Thompson às interpretações do jornal acerca do campesinato é essencial para compreender as ideias das Ligas Camponesas sobre classe e revolução. Isso porque, como mencionado, o entendimento mais comum é a do campesinato enquanto um grupo anterior ao capital. Sendo assim, como é fruto da lógica feudalista, não conseguiria articular politicamente dentro do capital, sendo, por essa razão, uma ‘classe’ amorfa. Contudo, a compreensão das Ligas Camponesas construíra-se de encontro ao senso comum presentes nos espaços intelectualizados. Por essa razão, o campesinato é encarado enquanto uma classe social atuante e produto do processo de superexploração do capitalismo no Brasil.

Além disso, em outra matéria intitulada ‘O cavalo e o camponês’ escrita por Manoel de Jesus e presente na sexta edição do jornal, a discussão se concentra na crítica à Aliança para o Progresso e à situação de miséria comum aos camponeses no Nordeste. Nas palavras de Manoel:

O regime que aí está trata o povo e seus problemas com uma indiferença revoltante. Os 45 milhões de camponeses vivem na mais extrema miséria, sem roupas, sem alimentos, sem hospitais, sem escolas, sem terra e apenas conhecem a opressão do latifundiário e do imperialismo americano.

[...] A mais nova arapuca contra o povo é a chamada ‘Aliança para o progresso’ (que, na verdade, só faz PARAR o progresso) cujos benefícios estão ainda no papel e os dinheiros nos bolsos dos traidores, vende pátrias dêste país.

[...] Tem também outra: Alimentos para o Paz que, de vez em quando, manda um leite em pó que, sem a vítima A, provoca cegueira nas criancinhas de menos de dois anos

[...] Enquanto o governo recebe essas esmolas (governo, sim, porque o povo não recebe!) **a nossa cuidadosa e zelosa burguesia continua em suas orgias, indiferente ao sofrimento dêste mesmo povo que ela explora e escraviza**

[...] É um escarro na face dos homens que produzem o milho, o feijão, o arroz, enfim, que carregam êste país nas costas. Enquanto o povo morre de fome, tubarões de binóculos, cartola e bengalinas, cheios de uísque americano, fazem suas apostas neste ou naquele cavalo

[...] Greves, fatos de real importância, não só tirarão o sono dessa gente, mas arrancarão êsses odiosos privilégios, porque o dia dos humildes camponeses e operários, já se aproxima. **Continuem na sua bacanal e não se alarmem quando as espingardas vomitarem chumbo e as foices cruzarem o ar** (*Liga*, ed. 6, p. 3, grifo nosso)

Nesta matéria, em específico, alguns aspectos podem ser destacados para entendermos o posicionamento de Manoel e do editorial. O primeiro está na indiferença do regime presente no Brasil que parece não se sensibilizar diante de uma série de violências enfrentadas pela população camponesa. O latifundiário e o imperialismo são apresentados como a única coisa teoricamente conhecida pelo campesinato. A burguesia, por isso, aparece conivente com toda a situação, visto que “continua em suas orgias, indiferentes ao sofrimento dêste mesmo povo que ela explora e escraviza”. Por isso, cabe compreendermos a linguagem enquanto um elemento capaz de articular uma série de mobilizações. Sendo assim, buscaremos agora entender o potencial linguístico para a construção da luta política na materialidade.

Em Thompson (1987), a experiência aparece enquanto o motor que impulsiona a construção da *consciência de classe*. Esta transformação não acontece de maneira automática, pelo contrário, é necessária uma sequência de rupturas que fazem o trabalhador entender a sua realidade de forma ideológica, ou seja, “as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo [...] identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe” (Thompson, 1977 *apud* Negro; Silva, 2012, p. 274).

As duas matérias analisadas, que partem de uma perspectiva mais teórica da discussão sobre o capitalismo, têm os debates gestados pelo autor, juntamente com a sua interpretação e impactam durante a leitura do jornal. Passagens como essas são comuns em todas as edições, visto que, sendo porta-voz de um movimento, eles buscam, a partir da linguagem, mobilizar os sentimentos daqueles que tiram um tempo semanal para a leitura do periódico.

No entanto, é preciso destacar que essas páginas são apenas a ponta do *iceberg* do que é discutido em reunião das centenas delegacias das Ligas Camponesas espalhadas pelo Brasil. Nas entrevistas que tive acesso, a vivência cotidiana dos camponeses também apareciam enquanto insustentável, pois nas palavras do camponês Cícero, morador do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão: “Eu era cativo do véi Oscar, trabalhava os setes dias da semana apulso, pagando nove

dias de condição de um sítio, nove dias de cambão?” (Cícero entrevistado por Silva, 2015, p. 151). Nesse sentido, é preciso defender que a realidade de indignação exposta pelo jornal é também sentida nas bases do movimento.

Fugindo um pouco das discussões mais teóricas, gostaria de mencionar uma matéria que fala sobre um problema vivenciado pelos trabalhadores naquela época: a mortalidade causada pela miséria. Nas palavras do jornal:

O Brasil, segundo a revista especializada, ‘Panorama Econômico Latino-Americano’, possui um dos mais horrendos quadros de população. Seu índice de mortalidade infantil só é comparável ao das regiões tropicais da Ásia e da África. **2.047 CRIANÇAS MORREM POR DIA EM NOSSO PAÍS. As causas? Elas: FOME, MISÉRIA, CONDIÇÕES INADEQUADAS PARA A VIDA HUMANA, em resumo, consequências do desenvolvimento capitalista brasileiro.**

[...] Cada novo ano mais de 1.500.000 (um milhão e meio) de brasileiros vem se incorporar aos que já vivem — muito mal, aliás — em nosso território e repartir conosco as nossas dificuldades, as nossas apreensões

[...] Cada ano, mais e mais bôcas a alimentar, mais necessidades em comidas, roupas, calçados, etc.; o produto nacional também aumenta de ano para ano. (produto nacional é tudo aquilo que se produz, se faz, se fabrica dentro do país [...]). Mas, note bem a diferença: uma coisa é o aumento puro e simples do que se produz dentro de nossas fronteiras; outra coisa é se este aumento de produção dará para atender às necessidades das novas pessoas que nascem; e outra coisa ainda é ver se os aumentos de produção do país vão melhorar, pelo menos em parte, as condições de vida das massas populares

[...] Note ainda que a renda ‘per capita’ é imaginária, não existe na realidade. Ela consiste em pegar tudo o que foi produzido no país [...] e dividir tudo igualmente entre todas as pessoas

[...] Desnutrição e morte: Brasil, um gigante territorial, dono de incalculáveis reservas de riqueza, um dos países de maior futuro do momento, possui hoje metade da população [...] que se alimenta apenas de farinha de mandioca, de papa, de milho, às vezes de arroz e de feijão, isso quando se alimenta!

[...] O povo brasileiro é faminto, a fome traz a doença, a doença pede remédios. Como o remédio é muito caro, ‘o Estado vai em socorro dos nossos irmãos [...] O resultado é que a morte acossa o brasileiro de uma maneira extremamente absurda: em cada dois nascimentos uma morte

[...] **É difícil envelhecer: As crianças — como sempre — são as mais sacrificadas: no Brasil, em um dia, 2.040 dentre elas deixam esta vida por outra melhor!** [...] a maior parte de avitaminoses, ou seja, fome, miséria e espoliação.

[...] **Existem cidades onde ser criança é passar por prova de fogo, é sentir a morte roçar pela cabeça** [...] Em muitas localidades, é um milagre chegar-se à idade adulta. No Brasil, 61% dos óbitos dão-se em menores de 19 anos, e apenas 39% em adultos mais velhos”

[...] No Nordeste, a média de vida é de 27 anos. No Brasil é muito difícil envelhecer, A MORTE ATACA CEDO... **Mas os burgueses acham que tudo isso vai muito bem.** (Liga, ed. 7, p. 5)

A matéria intitulada *Morte vence a infância 2.047 vezes por dia no Brasil*, presente na 7ª edição, configura um grande apanhado dos tópicos frequentemente mencionados pelo periódico, visto que trata da miséria, fome e mortalidade do povo; além de, também, tecer uma discussão a respeito do

capitalismo brasileiro e de toda a sua condição de existência. Nesse sentido, percebemos as associações latentes que o jornal constrói da miséria com o capital, pois quando se menciona que 2.047 crianças morrem por dia devido às condições impróprias para a vida humana, o jornal relata que a causa são os problemas sociais gerados e impulsionados pelo capitalismo. Ou seja, o capitalismo, para a *Liga*, é incompatível com a vida.

A crítica ao sistema capitalista frequentemente estabelece este sistema econômico como insustentável por se basear nos pilares de desigualdade e expropriação do trabalho a partir do *estranhamento*⁸ (Marx, 2004), ou seja, centrando-se no roubo do trabalho em prol do enriquecimento de outrem. Nesse sentido, a matéria em questão ao apresentar a ideia de que “os burgueses acham que tudo isso vai muito bem” (*Liga*, ed. 7, p. 5) devido aos índices de lucratividade de suas empresas, relata a desconfiança e a incredulidade para com as respostas institucionais para este problema. Além disso, o aumento do P.I.B, como bem menciona o jornal, não significa, de forma alguma, a melhoria das condições de vida material da população. Pelo contrário, a medição da riqueza de um país não revela a realidade dos seus moradores, mas sim o processo de acumulação de capital que normalmente é destinado a um grupo muito pequeno em comparação ao restante dos habitantes.

As páginas deste jornal estão repletas de reportagens que dialogam com a sociedade brasileira nas décadas de 1960. Os problemas, sonhos e desejos estampam, com frequência, as linhas de cada edição. Dentre muitos aspectos, a luta anticapitalista e a crítica à realidade social impulsionada pelo capital aparece com veemência. O jornal, por ser fruto de uma organização, não se pretende ou almeja a neutralidade. Para a *Liga*, neutralidade significa aceitar o estado das coisas, a realidade miserável que assola a população e a morte dos sonhos daqueles que ousam pensar um Brasil mais justo.

O capital, portanto, pela minha análise, é uma ferramenta usada pelo jornal para questionar o *status quo* presente na sociedade brasileira nos anos 1960. Para gerar indignação, mostra a incongruência entre suas promessas e a realidade. Além de mobilizar os leitores em prol de questionar a realidade dada pelos grupos hegemônicos, pois, assim como Thompson (1984) elaborou, não basta a *experiência*, é preciso atuar sobre a da realidade, desmascará-la e questioná-la até que seja desnaturalizada.

Considerações finais

Encontrar este jornal foi um alívio diante de uma série de questionamentos que fazia durante a leitura da historiografia das Ligas Camponesas. Muitos dos tópicos que pensava importante para entender tanto a organização quanto a realidade dos camponeses, na época em questão, estavam eclipsados diante da falta de material documental. A história do campesinato é repleta de silenciamentos causados pela negligência na preservação dos documentos, o arquivo é um espaço institucional capaz de ditar as coisas que podem ou não serem guardadas e, por fim, aquilo que merece galgar espaço e atenção na historiografia.

Nesse sentido, as vidas, trajetórias e projetos camponeses foram secundarizados em prol da cidade e de sua história. O camponês entendido como um indivíduo sem futuro é apagado sistematicamente, tanto pela constituição e suas leis – vide a CLT e a falta de extensão dos direitos aos trabalhadores rural – quanto pela própria escrita da história. O processo de arquivamento documental (Ricoeur, 2007), trabalhado por inúmeros estudiosos europeus, constituiu-se como ferramenta importante para o manuseio dos documentos históricos e, por consequência, daquilo que é passível de ser analisado. No entanto, essas perspectivas congregam muito pouco com a necessidade de investigação que temos dos grupos minoritários que são esquecidos e excluídos pela historiografia.

A investigação da *história a contrapelo* (Benjamin, 1987) e o compromisso de historiadores com a trajetória de grupos dissidentes encontram barreiras diante de um arquivo com raízes profundamente coloniais; de arquivamentos que negligenciaram as vidas dos operários rurais e da necessidade de buscar alternativas para escrever, academicamente, essas vidas. Diante disso, ousou pensar em concordância com Saidiya Hartman (2020) onde, a partir da ‘fabulação crítica’ podemos reescrever as histórias apagadas, contar as narrativas do impossível e recusar as poucas linhas destinadas aos grupos silenciados.

A trajetória desses indivíduos e o trabalho de recuperação dos acervos documentais dos trabalhadores é essencial para entender a história do capitalismo no Brasil. Olhar para o jornal *Liga*, a partir de uma perspectiva marxista, é conseguir traçar os parâmetros dos problemas que assolam o Brasil de ontem e que, por coincidência ou não, enfrentamos ainda hoje. Por ser um jornal da classe operária e destinado, desde o início, a repensar a estrutura de poder presente no Brasil, coloca-se como um acervo riquíssimo para analisar aquilo que, normalmente, os arquivos institucionais não compreendem.

A crítica anticapitalista presente no periódico é feita, pela minha leitura, de maneira mobilizadora. Sendo assim, as ferramentas acionadas pelo jornal refletem diretamente na própria visão que os leitores e o movimento têm da realidade. O uso dessa documentação pode, portanto, abrir novos aspectos para entender as mobilizações do campesinato durante os anos de 1962 até 1964, onde o jornal teve suas atividades interrompidas devido ao golpe empresarial-militar.

As Ligas Camponesas tensionaram as relações de poder desde sua formação. Criada com fins assistencialistas imediatos, a organização se deparou com uma realidade que só seria transformada mediante a união da classe trabalhadora no campo e na cidade. O estudo desta organização, do acervo e de suas pautas ventila características não apenas sobre o período, mas sobre o tipo específico de capitalismo dependente que surge com a formação do Brasil. Nessa lógica, o presente trabalho compreende apenas um aspecto muito pequeno diante da dimensão de pesquisas que podem ser realizadas pelo historiador ao entrar em contato com esta documentação.

Revisitar este momento histórico e entrar em contato com as ideias revolucionárias das Ligas Camponesas é constatar que as estruturas de exploração que elas enfrentaram permanecem, sob novas roupagens, no Brasil contemporâneo. A crítica anticapitalista que ecoava nas páginas do *Liga* não é

apenas memória: é advertência e horizonte. Reconhecer essa continuidade é, portanto, mais do que um exercício historiográfico, é um convite à ação para que a luta por uma transformação radical deixe de ser herança e volte a ser projeto.

Referências:

Fontes

The New York Times

The New York Times. 31 out. 1960. *TimesMachine*. The New York Times Archive.

Liga

Liga. Ano I, 1ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Liga. Ano I, 2ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Liga. Ano I, 6ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Liga. Ano I, 7ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Liga. Ano I, 10ª ed., 1962. Hemeroteca Luta Pela Terra. Armazém da Memória.

Entrevistas

Entrevista de Cícero Anastácio da Silva. In: SILVA, Reginaldo José da. **A cartilha do camponês, o documento “BENÇA, MÃE!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, 2015. [Transcrição incluída no anexo].

Bibliografia

AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, E. R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRAZIL - The Troubled land. Produção e direção de Helen Jean Rogers. Recife: ABC Studios, 1961.

DABAT, C. R. **Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Recife: Ed.Universitária da UFPE, 2007.

GALILEIA, Z. da. **A história das ligas camponesas: testemunho de quem a viveu**. Recife: Cepe, 2016.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI: 10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufjf.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 31 ago. 2025.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JULIÃO, F. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife. Bagaço: 2013.

Laboratório de História e Memória. **Trabalho, direitos e lutas**. 2024. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=e5iqmreFuY4>. Acesso: 10 de ago. de 2025.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos** [1844]. Tradução de Jesus Ranieri. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2004.

NEGRO, A. L.; SILVA, S. (orgs.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2012.

PORFÍRIO, P. **Pernambuco em perigo**: pobreza, revolução e comunismo (1959–1964). 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

QUIJANO, A. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005, 117–142.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROCHA JUNIOR, D. A. A interpretação pecebista do Brasil. **Universitas**. História (UNICEUB), v. 3, p. 1-14, 2006.

SILVA, D. do N. **“Qual foi o nosso trato, Lao?”**: o cambão, as Ligas Camponesas e o processo de proletarianização do campesinato (1940s - 1960s). 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

SILVA, R. J. da. **A cartilha do camponês, o documento “BENÇA, MÃE!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galileia**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. 4. ed. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1987. v. 1.

Notas

¹ Mestrando em História (UFPE). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Estudante de Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4485198517384388>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6983-9814>. E-mail: daniel.nsilva@yahoo.com.

² Faço a escolha da expressão ‘empresarial-militar’ para demarcar qual o setor específico da sociedade civil que financiou ativamente a ditadura. Nesse sentido, substituir a expressão civil por empresarial denota uma escolha política para frisar quais os verdadeiros beneficiados pela política que se instaura após 1964. O termo ‘civil’ termina por apaziguar a participação massiva de capital nacional e estrangeiro durante os anos anteriores ao golpe de 1964.

³ O foro é um pagamento anual acordado pelo camponês e o senhor de engenho durante o contrato de arrendamento pela terra. Ou seja, trata-se basicamente de um aluguel anual obrigatório para a manutenção do acordo. Para melhor entender esta forma específica de pagamento no mundo rural, ver em: (Azevedo, 1982); (Bastos, 1984); (Dabat, 2007); (Juliano, 2013) e (Silva, 2025).

⁴ No seminário “Justiça do Trabalho e História: o Nordeste do Brasil” organizado pelo LAHM/UFPE (Laboratório de História e Memória), Christine Dabat discorre sobre o conceito de *rurrofobia* e menciona que se baseia na aversão ao mundo rural. Ou seja, a ideia de que o campo é um espaço atrasado e subdesenvolvido e, por essa razão, impassível de análise mais profunda. Por isso, a crítica a *rurrofobia* está no fato de que ela termina por negligenciar muitos aspectos importantes do Brasil, visto que nossas raízes históricas são profundamente agrárias. A menção a este elemento é importante, ao destacar a negligência na qual este espaço foi submetido por

inúmeros estudiosos e dificulta ainda mais nas interpretações sobre a sociedade brasileira. Para ver mais sobre este conceito: <https://www.youtube.com/watch?v=e5iqmreFuY4>.

⁵ Refiro-me à maneira não clássica de apropriação ao indicar que o capitalismo brasileiro se manifesta por meio de uma superexploração característica dos países periféricos. Azevedo (1982) defende a ‘via prussiana’ de modernização, ou seja, um modelo no qual o capitalismo sobrevive sem alterar a hierarquia vigente no campo. Nesse contexto, a proletarianização, tal como ocorreu nos países centrais, não é a única via capaz de transformar o camponês em objeto da lógica de apropriação do capital nas formações latino-americanas. Essa leitura é compartilhada por autores como Azevedo (1982), Bastos (1986) e Silva (2025).

⁶ Entende-se *experiência* enquanto a vivência material dos indivíduos, o primeiro momento e contato que ele detém com a realidade em que está inserido. A *experiência*, portanto, é a base elementar para a construção da *consciência de classe*. É, assim, que a realidade material consegue dar sentido a luta. Por isso, a *experiência* aparece como um norteador dessa capacidade de compreensão e articulação coletiva. Ver mais sobre o conceito em: Thompson (1987);

⁷ O cambão era um imposto comum pago na zona rural. Era acordado, normalmente, durante o contrato de arrendamento, onde ficaria combinado o pagamento em dias de trabalho gratuito nas terras do *senhor de engenho*. Durante a atuação das Ligas Camponesas este imposto foi muito questionado, sendo, normalmente, associado a trabalho escravo e servidão. Para ver mais sobre o imposto: (Silva, 2025)

⁸ O processo de estranhamento está baseado na descontinuidade que o trabalhador estabelece com o seu trabalho. Em outras palavras, é o não-reconhecimento do produto do seu trabalho, visto que o processo de fruição vai para outrem, normalmente o capitalista. Sendo assim, é a subversão do trabalho, a perda de si e consequentemente sua humanidade, já que: “[o trabalho] não pertence ao seu ser, que nele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito (Marx, 2004, p. 82-83). Ver mais sobre em: (Marx, 2004).

Recebido em: 14 de set. 2025

Aprovado em: 21 de nov. 2025